

REPERCUSSÃO DA TERAPIA MEDIADA POR ANIMAIS SOBRE O COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL EM CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA: ESTUDO DE CASO¹

Caroline Hoff Dominguez Bogado²

Ceres Berger Faraco³

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar a Repercussão da Terapia Mediada por Animais sobre o Comportamento Pró-Social em Criança Institucionalizada. Participou do estudo uma criança, com idade de quatro anos, do sexo masculino, institucionalizada, segundo as autoridades de proteção à infância, por condições de abandono e negligência na Apromin em Taquara-RS, faz quatro anos. Também teve como objetivos identificar atitudes de empatia manifestadas pela criança, além de verificar se houve expressão de comportamento pró-social durante o período de intervenção mediada por animais. O método empregado foi observação direta dos encontros, anotações em diário de campo e registro áudio-visual em vídeos e fotografia. Os resultados obtidos são promissores, pois se pode perceber um gradativo desenvolvimento de habilidades sociais do participante e que repercutiram na interação com outras crianças e equipe de pesquisa. Além disso, manifestou autocontrole, capacidade de seguir regras e participou positivamente de atividades no decorrer das intervenções com cão.

Palavras-chave: Terapia Mediada por Animais. Comportamento Pró-Social. Institucionalização.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo examinar a repercussão da terapia mediada por animais sobre o comportamento pró-social em criança institucionalizada. As demandas que o orientam surgiram de questões emergentes, pois a terapia com animais é um método que atualmente tem sido utilizado para promover o desenvolvimento social da criança, já que o animal auxilia nesse aspecto, favorecendo a socialização da criança com o meio no qual convive.

Os animais facilitam a comunicação da criança com outras pessoas, assim desenvolvendo o comportamento pró-social e empático (VIDOVIC, 1999). Bonas,

¹ Artigo de pesquisa apresentado ao Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão II.

² Acadêmica do Curso de Psicologia da FACCAT. Endereço Postal: Rua Dr. Adelino Barth, 3347, Taquara-RS. Email: hoffdominguez@hotmail.com

³ Médica Veterinária, Doutora em Psicologia (PUCRS), Docente do Curso de Psicologia da FACCAT e Orientadora do Trabalho de Conclusão. Endereço Postal: Rua Santa Cecília, 1709, ap 32, Porto Alegre-RS. Email: ceresfaraco@gmail.com

McNicholas e Collis (2000), acreditam que a terapia mediada por animais possui uma função alentadora e tranquilizadora nos casos de ansiedade, pois o animal é um ser vivo e social.

Messent (1993), através de sua pesquisa concluiu que os cães de estimação ajudam a facilitar as interações sociais, sendo importante no desenvolvimento do contato físico, na ação de tocar, visto que muitas crianças institucionalizadas têm necessidade. Através deste toque, o animal poderá suprir a carência e também promover interações sociais (BERNSTEIN; FRIEDMANN; MALASPINA, 2000).

A relevância desse estudo deve-se ao fato de se tratar de um tema atual, pois só recentemente os benefícios terapêuticos estão sendo difundidos e valorizados. É uma área de estudo pouco pesquisada e até mesmo aprofundada no país, a qual apoia-se na literatura estrangeira.

Outro aspecto a ser considerado, é o contexto de pobreza, no qual se encontra a maioria dos casos de abandono de crianças, seja pela negligência, quanto o abandono nas ruas, lixos e maternidades (WEBER, 2000). Neste contexto, são notáveis os prejuízos para a formação da identidade e desenvolvimento da criança (WEBER; GAGNO, 1995): dificuldades em refletir sobre futuro e em planejar, demonstrar pessimismo em relação aos seus relacionamentos afetivos, formular hipóteses sobre o mundo, tendo por base o abandono sofrido, tanto pelos pais, Estado e pela sociedade.

Assim, este estudo teve como objetivo identificar possíveis repercussões que a terapia mediada por animais pôde ter sobre o comportamento pró-social de criança institucionalizada. Além disso, procurou-se identificar atitudes de empatia manifestadas pela criança e verificar se houve manifestação de comportamento pró-social no decorrer do período de intervenção.

De acordo com Del Prette e Del Prette (2009), a empatia envolve certos aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais, tais como: mostrar interesse pelo outro, ouvir, prestar atenção, observar, demonstrar compreensão pelo sentimento ou experiência do outro, mostrar respeito às diferenças, compartilhar, oferecer ajuda.

E mais ainda, a realização deste estudo também se justifica, pelo desejo de conhecer a evolução na vida dessa criança, de maneira a promover interações sociais, proporcionar conforto emocional e se ela consegue enfim expressar, através de interação com um cão, as habilidades necessárias de fazer amizades e ser empática, dando maior sentido na sua vida e sentindo-se mais segura. Para tanto, neste artigo a temática é abordada de forma mais abrangente, articulando questões relacionadas à institucionalização, empatia e terapia mediada por animais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Institucionalização

Em todos os tempos, culturas e civilizações sempre existiram e sempre existirão mães que, por certas razões, abandonam os seus filhos, este abandono de crianças foi permitido e tolerado desde tempos remotos. Variaram, apenas, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em face do fato amplamente praticado e aceito.

De acordo com Weber (2000) é no meio das classes de baixa renda, no Brasil, que encontramos grande parte dos casos de abandono de crianças, ocasionado por negligência, como também o abandono nas ruas, maternidades e lixos. No Brasil, o problema está fortemente associado à proibição legal do aborto, a miséria, a falta de esclarecimento à população, à falta de amparo familiar. Weber (2004), em uma pesquisa realizada, revelou que a maioria dos abandonos se dá por mães jovens, entre 15 e 20 anos, solteiras, com dificuldades financeiras, sem apoio do parceiro e da família. Segundo Becker (1994), Weber e Kossobudzki (1996) e Weber (2000), as mães que abandonam seus filhos no Brasil são em sua maioria, mães excluídas, justamente elas abandonam, porque são abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade.

De acordo com Lipps (2002), Pouchard (1997) e Watanabe (2002), revelam que mães com histórias de abandono e negligência em suas vidas passam esse círculo vicioso em que o drama de abandono se reproduz de geração em geração. Como salientou Weber (1999): o abandonado abandona. Bowlby (1998), enfatiza que as perdas e as separações das mães, vividas na infância, são fatores relevantes nos processos de abandono de seus filhos na vida adulta.

Na tradição judaica, existem dois casos marcantes de abandonos de bebês que aparecem nas escrituras do Antigo Testamento (Ismael e Moisés). Na bíblia, há numerosas alusões ao abandono de bebês, assim também a mitologia e a filosofia fazem menção a inúmeros casos de abandono, ressaltando o abandono de Édipo, filho de Laio e Jocasta (MARCÍLIO, 1998).

Até o final da Idade Média, o abandono foi comum, período em que a criança era tida como um grupo de segunda categoria, um ser imperfeito que necessitava sair deste estado infantil para ter algum respeito (ROIG; OCHOTORENA, 1993; TRINDADE, 1999).

O processo de mudanças começou na Itália nos séculos XV e XVI. Nesta época foram criados pequenos hospitais para crianças abandonadas, onde havia uma roda feita de madeira, onde se colocava o bebê. A origem desses cilindros rotatórios vinha dos mosteiros e

conventos medievais, usados para evitar o contato dos religiosos com o mundo exterior (MARCÍLIO, 1998). Os moralistas viam na roda uma forma de defesa dos bons costumes da família. A mortalidade sempre se fez presente nessas instituições de abandonados. O ato de abandonar os filhos, como mostrou Marcílio (1998), foi introduzido no Brasil pelos brancos europeus, já os índios não abandonavam os próprios filhos. Foi no século XX que o abandono de crianças foi considerado um ato de depravação dos costumes, transformando a responsabilidade materna em culpa. A história também mostrou um abandono maior de meninas, porém, as pesquisadoras Sherr e Hackman (2002) afirmaram que esse fato reverteu-se, ou seja, mais meninos estão sendo abandonados.

A institucionalização é algo cruel, decadente e injusto: a institucionalização de crianças tinha como finalidade “proteger a infância”, porém, na realidade, o que acontece é simplesmente o afastamento de crianças e adolescentes marginalizados, abandonados, carentes, infratores e doentes do convívio social (WEBER, 1995). As crianças são internadas por um breve período, mas ocorre muitas vezes o abandono nestas instituições, ocasionado pela falta, omissão ou quando é destituído dos pais o seu pátrio poder. Quando uma criança ou adolescente são colocadas em uma instituição e não são assistidos pela família, são abandonados ainda que não o sejam em termos jurídicos.

Diversos autores (TRINDADE, 1984; WEBER; GAGNO, 1995), afirmam que a criança institucionalizada, é o resultado devastador da ausência de um vínculo afetivo estável e constante. Somam-se a isto, os prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo ao desenvolvimento infantil e a falta de condições básicas e primordiais do ser humano como o direito à convivência familiar e o convívio com a sociedade.

Mesmo com todos os danos psicológicos e a Lei garantindo os direitos, ainda existe um número muito grande de crianças nos internatos. O ECA já garante esses direitos, no entanto, as instituições continuam repletas de internos. A Lei 8.069 (ECA, 1990) foi estabelecida no dia 13 de julho de 1990, sendo considerada uma das mais avançadas em todo mundo. Trata-se de uma lei própria para a criança e o adolescente, porém ainda existe uma longa estrada repleta de muitos obstáculos para que a justiça ultrapasse o papel e chegue à vida real.

Seria bom que existissem casas-lares para o caso de internamentos inevitáveis, porém não existe um interesse de desfazer estas instituições. As instituições não se empenham em manter os vínculos familiares dos internos ou tentar uma volta à família de origem e não têm técnicos habilitados que possam, no mínimo, dar um pouco de dignidade à permanência dos internos nos abrigos (WEBER, 1995).

Para Weber (1995), a sociedade não está preparada para assumir seu lugar como família substituta, para aquelas crianças e adolescentes que não têm mais possibilidade de voltar a conviver com a sua família biológica, especialmente porque existe um grande preconceito social em relação à família adotiva.

De acordo com uma pesquisa realizada, em Curitiba, por Weber e Gagno (1995), cerca de 70% das crianças entrevistadas nunca receberam visitas de seus pais ou familiares depois que foram institucionalizados, e a maioria estava interna há mais de três anos, chegando até os 15 anos de institucionalização.

Estas crianças possuem uma visão bastante negativa dos seus pais biológicos, em consequência do dramático desamparo vivido. Muitas dessas crianças preferem morar no internato a morar com sua família biológica, mas o seu desejo mais intenso é o de serem adotadas.

Apesar de a maioria das crianças e adolescentes desejar ter uma família, ainda existe muitos obstáculos de origem burocrática. Muitas destas crianças não têm contato com sua família de origem e a possibilidade de resgatar esse vínculo é quase nula, elas também não podem ser encaminhadas para uma família substituta, devido não ter sido realizada a destituição do pátrio poder de seus pais.

As crianças e adolescentes institucionalizados pensam que ainda não foram adotados simplesmente pela razão de ninguém as escolher, revivendo a cada dia a situação de rejeição e abandono. Uma das causas para que isto ocorra, deve-se a falta de comunicação do Poder Judiciário, que diz não ter informações sobre a situação de cada criança, pois as instituições não lhe mandam; os diretores destas, dizem que é a burocracia do Judiciário que travam o andamento da questão (WEBER, 1995).

A institucionalização da criança e do adolescente se dá mais como um incentivo ao abandono do que como uma alternativa. Na maioria das vezes, os culpados são os pais da criança, que também são vítimas sociais, pois vivem em condições de miséria, no entanto é a criança que acaba recebendo a punição (WEBER, 2000). Cabe destacar que, somente recentemente a criança foi reconhecida como um ser com direitos e particularidades próprias e não como um adulto imperfeito.

1.2 Empatia

De acordo com Goleman (1995), a palavra empatia origina-se do grego, *emphatéia* e quer dizer “*entrar no sentimento*”. *Einführung* é o termo que vem do alemão, o qual mais

chega próximo do significado de empatia, e significa “*sentir-se dentro*”. (GOLDSTEIN; MICHAELS, 1985).

Segundo Del Prette e Del Prette (2009), a empatia sobre uma perspectiva multidimensional, compõe-se por aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais, corresponde: a ouvir, mostrar interesse pelo outro, observar, prestar atenção, mostrar respeito às diferenças, demonstrar compreensão pelo sentimento ou experiência do outro, oferecer ajuda, compartilhar, entender a situação (assumir perspectiva) e reconhecer/inferir sentimentos do interlocutor.

Para que se possa entender melhor o conceito de empatia, é preciso haver a junção dos componentes cognitivo, afetivo e comportamental. Perceber de forma apurada, isto é, com desvelo, os pensamentos e sentimentos de alguém, sem experimentar a compaixão e interesse pelo bem estar desse, não significa manifestação empática (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2009 *apud* FALCONE *et al.*, 2008, p.323).

Já Goldstein e Michaels (1985), colocam que empatizar está relacionado a demonstrar compreensão através de comportamentos abertos, salientando, o componente da comunicação. A empatia também é considerada como habilidade de compreender reações emocionais de uma pessoa, que transpõe a imaginação e assume o papel de outro como referência descritiva.

Del Prette e Del Prette (2003a), consideram o comportamento agressivo, pressupondo a existência de *déficit* de empatia, na medida em que se produz com intenção um dano ao outro, o agressor não se sensibiliza nem reconhece as emoções de pavor ou medo desse outro.

Existem os *déficits* de empatia, quando não existe manifestação empática, estando relacionada ao aspecto cognitivo ou afetivo\ como distorções perceptivas e problemas de regulação e autocontrole emocional, que favorecem o comportamento agressivo (COVELL; SCAROLA, 2002; GERR; ESTUPINAN; MANGUNO-MIRE, 2000).

A empatia exerce influência sobre o bem-estar individual e social, sendo um tema extremamente interessante a ser explorado, como determina Ickes (1997), que coloca que deveria merecer um destaque especial de pesquisa psicológica.

Portanto, a empatia nada mais como sendo a habilidade para compreender e compartilhar do estado emocional do outro (EISENBERG; STRAYER, 1987).

1.3 Terapia mediada por animais

Sempre houve uma relação de amizade entre os humanos e os animais, e isso permite entender sua importância sobre a transformação da humanidade. Porém, existem algumas dificuldades em resgatar informações amplas sobre a relação humano-animal, ao longo da

história. Existem poucas informações registradas que se referem particularmente às pessoas mais abastadas e de destaque no meio social. Para Darwin (2000), o envolvimento do homem com os animais integra a própria história da evolução do homem.

Conforme Lewis (1964), os registros históricos e paleológicos indicam a íntima convivência dos homens com os animais: como fonte de alimento, para trabalho (aproveitamento da força) e como companhia. Portanto, a relação entre o homem e os outros animais está registrada e presente nas mais variadas sociedades e culturas. Nesse sentido, ressalta-se a descoberta de uma escavação arqueológica localizada no sítio de Natufian, Israel, datada de aproximadamente 12.000 anos. Foi encontrado nessa escavação um menino enterrado, abraçado ao seu cão. Afirma Kidd e Kidd (1985), isso surpreende e reforça a necessidade de pesquisas sobre esse sentimento e apego.

A presença do animal sempre esteve em várias culturas, por exemplo, a vaca que na Índia, é um animal sagrado e respeitado. Isso explica a admiração pelos animais. Segundo Levinson (1978), temos muito de aprender com os animais, sendo que estes serviriam como modelo de comportamento para o homem.

Levinson (1968), afirma que o convívio do homem com animais domésticos é uma das formas de manter a sanidade mental. De acordo com Bossard (1944, *apud* FINE, 2000), os animais domésticos possuem um importante papel na vida familiar e na saúde mental de seus integrantes, principalmente na criança, sendo este animal uma fonte incondicional de amor e um meio de expressão do afeto. Segundo ele, para as crianças, trata-se de uma oportunidade de exercitar o poder, bem como de aprendizado sobre saúde, higiene e responsabilidade.

Conforme Kidd (1997), as pessoas que, em geral, convivem com animais na infância, quando adultos incluem os animais de companhia na sua família, assim valorizando a presença deste e compreendendo os benefícios da convivência. Desta forma, passam este valor para os seus filhos e estimulando outras pessoas a agirem do mesmo jeito.

Terapias mediadas por animais são aplicadas em crianças com *déficit* de desenvolvimento e outras atividades. Com esta abordagem, existem inúmeros artigos científicos e livros dedicados ao tema, havendo expectativa na relação com os animais de que estes contribuam para o bem-estar físico e mental do homem (TEMPLER, 1981).

Para Blue (1986), a terapia mediada por animais tem demonstrado eficácia tanto para crianças como adultos, em hospitais psiquiátricos, instituições e geriatrias. Hoje existem fortes evidências para os animais fazerem parte do protocolo de tratamentos indicados aos pacientes. Na psicoterapia, os resultados obtidos são muitos encorajadores (COOPER, 1976).

Bierer (2000), salienta que o comportamento manifestado pelo cão é único, demonstrando preferência à companhia do homem a companhia de sua própria espécie. Para Bridger (1976), a criança e o seu animal constituem um sistema temporário, em que há exercício da responsabilidade, da posse e são resgatados valores, regras e moral. Os animais de estimação podem contribuir para a redução da ansiedade em crianças pequenas, distante dos cuidados maternos tornando-se, para a criança, um elo com o mundo externo.

O desenvolvimento da linguagem e de habilidades motoras pode ser estimulado com a presença de animais. A criança tenta mover-se em direção ao animal buscando alcançá-lo, assim como procura imitar os sons que ele emite.

Na relação com o animal, a criança tenta vivenciar e reproduzir algumas experiências familiares, manifestando uma atitude punitiva ao animal desobediente ou atribuindo a ele um papel protetor, assim simbolizando um membro da família (SALOMON, 1981).

Heiman (1956) acredita que o animal de estimação alivia tensões e conflitos familiares e, com isso, favorece um ambiente melhor para a criança. Existem evidências que demonstram que muitas crianças as quais têm animais de estimação recorrem a eles quando sentem emoções negativas, como tristeza, mágoa ou medo. Conclui-se que deveria haver um estímulo maior de investigação sobre a capacidade dos animais em proporcionar segurança à criança (MELSON, 2003).

Conforme Van Houtte e Jarvis (1995), o contato com animais causa uma forte repercussão na vida das crianças, principalmente no momento de transição entre infância e adolescência. Sendo assim, os animais determinam uma influência positiva na autonomia, no autoconceito e na autoestima destes indivíduos.

Segundo Vidovic (1999), os animais ajudam no desenvolvimento pró-social e empático das crianças e salienta este aspecto como primordial para que a criança possa se comunicar e manter relações com as outras pessoas. Para Kidd (1996), o comportamento e as atitudes em relação aos animais são baseados nas experiências da infância, podendo considerar, portanto, que uma forma positiva de promover o respeito para com os seres vivos seja através de ensinamentos.

Bonamigo e Kude (1991) afirmam que o ato de brincar com um animal é a principal atividade da criança em todas as culturas, enfatizando que é uma forma de se preparar para a vida. Na intervenção mediada por animais, há um enriquecimento lúdico das atividades propostas, sendo um momento absolutamente espontâneo.

A presença dos animais beneficia indivíduos ou grupos durante as atividades mediadas por eles (HART, 2000). Os animais podem ser facilitadores para exercícios, para

aprendizagem, transmitir segurança ou como facilitadores sociais.

A Interação Humano-Animal é considerada uma área de estudo desde 1980, quando foram criados os primeiros grupos científicos, realizadas conferências internacionais e publicados artigos científicos sobre esse tema. Desde essa época o assunto vem despertando interesse crescente do meio científico, com base em pesquisas que venham constatar este estudo. Nos Estados Unidos, foi despertado um grande interesse pelo referido assunto, surgindo assim o aparecimento de muitas propostas e atividades mediadas por animais (MALLON, 2000). Com a finalidade de reunir a produção científica, investigadores e instituições de ensino e pesquisa voltados ao tema, criaram a *International Association of Human-Animal Interaction Organization* (IAHAIO, 2001) em 1990.

Segundo Katcher (1981), pesquisas experimentais comprovaram que a presença e o convívio com animais são fatores que proporcionam impactos físicos, mentais e emocionais positivos para o ser humano. Nesse sentido, Rowan e Beck (1994), afirmavam da influência positiva nos estados fisiológicos, emocionais e morais nos indivíduos, argumentando que havia evidências concretas e um significativo benefício para a saúde humana o contato com animais.

Em atividades terapêuticas, o uso de animais existe a longo tempo, porém o uso extensivo, documentado e organizado é relativamente novo, sendo que a utilização terapêutica, em geral, envolve áreas médicas diversas e é muito usada na saúde mental. O valor dos animais como instrumentos vivos pode ser utilizado para proporcionar mudanças positivas no autoconceito e comportamento do indivíduo.

Serpell (1996), diz que os animais são suficientemente semelhantes aos humanos, em provocar comportamentos pró-sociais e afetos positivos e, ao mesmo tempo, suficientemente diferentes para não representarem uma ameaça aos humanos. Sabe-se há bastante tempo que os animais tem significados simbólicos, sendo frequentemente usados pelas pessoas para representar emoções intensas ou sentimentos difíceis de expor e que tendem a ser reprimidos (FREUD, 1959, DONIGER, 1995). Isso levou alguns terapeutas a empregar animais como veículo para projeção do conteúdo inconsciente de seus pacientes, como preocupações e medos, bem como provocar discussões de assuntos de elevada carga emocional.

Para Bardill e Hutchinson (1997), existe uma ligação “amorosa” entre crianças e animais, sendo que o apego que elas têm pelo animal é essencial para que haja crescimento terapêutico. Logo, a terapia mediada por animais desempenha uma função reconfortante e tranquilizadora para a ansiedade dos indivíduos, pois o animal é um ser vivo e social. Podem ser fonte de suporte social, sendo esse suporte considerado como um dos benefícios, conviver

com animais de companhia (BONAS; MCNICHOLAS; COLLIS, 2000).

Os animais também ajudam na aprendizagem e têm um papel importante para promover mudanças cognitivas e comportamentais em crianças e jovens. Essas mudanças podem ser responsabilidades, redução de comportamentos inadequados, controle de impulsos, socialização, ajuda para se conhecer melhor e promover a autoestima e autoconfiança (FARACO, 2007).

De acordo com Collis e McNicholas (1998), os cães possuem qualidades únicas, como o não julgamento e também respondem positivamente, mesmo para pessoas desconhecidas, auxiliando em momentos de estresse, dando sensação de conforto e exercendo um papel de cuidador para o seu companheiro humano, atuando assim como elemento de suporte emocional, e isto ocorre em interações breves. O “amor” incondicional, a afetividade, o papel de confidentes dos problemas de crianças e adolescentes oferecidos pelos cães, tornam-nos potenciais provedores de suporte social.

A terapia pode ser aplicada em vários contextos terapêuticos como: em escolas, com jovens em centros de reabilitação social e em terapias de grupo e individual tanto com indivíduos, internos ou externos, podendo ocorrer intervenções, em casos de transtorno de humor, de ansiedade, alimentar, *déficit* de atenção e hiperatividade, abuso físico, sexual, emocional e em estresse pós-traumático.

Esta mesma terapia, é benéfica e extremamente importante, pois pode ajudar a reduzir a solidão de crianças que se encontram institucionalizadas por longo período (BANKS; BANKS, 2005). A criança vivendo nesse meio, onde não há um suporte emocional adequado, sente-se carente e abandonada e a terapia mediada por animais poderá ajudá-la. Solidão é um estado comum vivenciado por indivíduos que estão institucionalizados e está relacionada com várias perdas experimentadas. (BUTLER, 1995; TIJHUIS *et. al.*, 1999; MCGILTON, 2002).

Outra argumentação é a de Messent (1993), que pesquisou a função de cães de estimação em voluntários, que foram caminhar com seus cães no Park Hide, em Londres. Ele afirmou que os cães ajudam a facilitar as interações sociais, concluindo a função destes bichos de estimação como lubrificante social.

McNicholas e Collis (2000) analisaram o papel dos cães como sendo catalisadores para socialização em um grupo de várias pessoas, e em seus estudos verificaram que estranhos interagiam de diversas maneiras com a presença de cães, sendo estes, mediadores para incrementar as interações com pessoas que passavam na rua.

A terapia mediada por animais tem função importante no desenvolvimento do contato físico, na ação de tocar, que muitas crianças institucionalizadas têm necessidade. Atualmente

é uma nova maneira que tem sido utilizada para promover as interações sociais, combater a solidão e a carência afetiva. Essa terapia pode ser considerada uma ponte para interações sociais, como um “quebra-gelo” (BERNSTEIN; FRIEDMANN; MALASPINA, 2000).

Os resultados de um estudo realizado evidenciam que a terapia mediada com animais ajuda a reduzir a solidão de indivíduos institucionalizados, conforme medido pela Escala de Solidão (versão três) da Universidade de Los Angeles. Descobriu-se também que quanto mais solitário o indivíduo, mais significativa será a melhora com a terapia mediada por animais, existindo a hipótese de que a terapia também pudesse ser utilizada em forma de grupo, imaginando que o cão serviria como motivador social, dando coragem aos participantes a interagirem e ficarem mais envolvidos uns com os outros (BANKS; BANKS, 2005).

Para Condoret (1993), uma relação entre uma criança e um companheiro animal pode satisfazer necessidades psicológicas básicas, principalmente a necessidade de comunicar-se. Um companheiro animal modifica a conduta afetiva de crianças e uma melhora na capacidade de expressar-se. Para o mesmo autor, a emoção provocada pela presença de um animal ajuda na fala. A vontade de uma criança em comunicar-se com os animais torna-se um dos motivos para falar. Existe um paradoxo que se deve esclarecer: o animal, que não fala, permite que a criança fale.

A relação com o animal ajuda a criança a expressar-se. Ao falar com um animal, a criança expressa sua emoção, e isso facilita a expressão verbal, isto é, a linguagem através da ternura (CONDORET, 1993). Partindo disso, o animal traz inúmeros benefícios tanto para pessoas adultas como para crianças, tendo uma troca mútua e crescente de amizade, carinho e companheirismo, auxiliando no desenvolvimento psicológico das pessoas que convivem com esses amigos, os quais nada exigem e que se doam totalmente para nós.

2 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como estudo observacional, com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso em que não se teve como objetivo estabelecer qualquer tipo de generalização estatística (YIN, 2001). Minayo (1994) coloca que a pesquisa qualitativa, trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, motivos, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Bardin (1979) corrobora com os autores acima, indicando que a pesquisa qualitativa deve ser usada quando desejamos entender porque o indivíduo faz determinada coisa.

A análise de conteúdo de Bardin foi utilizada para analisar os registros do diário de

campo, possibilitando a formulação de categorias. De acordo Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Segundo Laville e Dione (1999), por meio da análise de conteúdo procuram-se desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo com objetivo de esclarecer suas diferentes características e significação. No entanto, a análise de conteúdo não é, como poderíamos supor, um método rígido, no sentido de que se percorrendo uma sequência fixa de etapas, fatalmente se obteriam os resultados desejados. Ao contrário, é um conjunto de vias possíveis para a reconstrução do sentido de seu conteúdo. Uma das primeiras tarefas do pesquisador, consiste em efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que deverão, em seguida, ser agrupados em torno de categorias. Tais elementos vão constituir as unidades de análise, no sentido de que cada fragmento de conteúdo deve ser completo em si mesmo, no plano do sentido.

2.1 Participantes

A escolha do participante foi realizada de forma intencional, dirigida e por conveniência. Participou do estudo uma criança, com idade de quatro anos, do sexo masculino, institucionalizada, segundo as autoridades de proteção à infância, por condições de abandono e negligência, na Apromin em Taquara-RS faz quatro anos.

O participante foi indicado por profissionais da instituição, segundo critério de expressar necessidade de estímulos para socialização e apresentar rejeição ao contato social com pessoas diferentes do seu convívio diário. Participou também do estudo um cão da raça *poodle*, cor branca, fêmea, com dois anos de idade. A mesma apresenta comportamento dócil, é bastante carinhosa e afetuosa, além de ser tranquila. É um cão socializado, está em perfeito estado de saúde e pertence a equipe de pesquisadoras. Por fim, a equipe de intervenção foi composta pela pesquisadora, co-terapeuta e por uma cinegrafista.

2.2 Instrumentos

Utilizamos a observação direta dos encontros e anotações em diário de campo. No que diz respeito ao registro da informação, o diário de campo constitui uma ferramenta importante para a coleta de dados, pois ele permitiu registrar as observações, percepções e reflexões

sobre expressões verbais e ações do sujeito (TRIVIÑOS, 1990). Com registros descritivos e reflexivos da observadora/pesquisadora. Simultaneamente, houve o registro áudio-visual em vídeos e fotografia para observação e análise posterior (FARACO, 2008).

2.3 Procedimentos para coleta dos dados

Inicialmente, o projeto foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT. Posteriormente, entrou-se em contato com a Instituição Apromin, para dar início à pesquisa, apresentando e solicitando a formalização do consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado para o responsável pela criança na instituição.

As intervenções foram realizadas na própria instituição, duas vezes por semana, durante aproximadamente trinta/quarenta minutos e contaram com a supervisão do Psicólogo da instituição.

No primeiro momento, foi realizada a apresentação da proposta para a criança, estabelecendo um acordo. Todos os encontros começaram com um breve *rapport*, procurando assim retomar a finalidade do encontro e os cuidados e combinações necessárias para o desenvolvimento da atividade.

A seguir foram iniciadas atividades relacionadas com animais, sendo que as sessões de interação com cão eram realizadas nos últimos 10 minutos. Duas intervenções foram gravadas em vídeo e contaram com a participação de co-terapeuta e cinegrafista auxiliar, e outras duas, das quatro realizadas, foram fotografadas, contando com a ajuda da co-terapeuta.

2.4 Procedimentos para a análise dos dados

Como os registros das observações em diário de campo foram realizados de maneira cursiva, a análise destes dados foi realizada através da leitura sucessiva, com a fundamentação teórica servindo como base para interpretações dos resultados. Os registros áudio-visuais permitiram perpetuar os fatos na sua sequência e tempo real e, com esta fonte, foi possível contrastar e enriquecer as notas de campo. Os registros de todas as observações foram examinados conforme o modelo de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; LAVILLE e DIONE, 1999). Esta análise é composta por uma sistematização de procedimentos objetivos de descrição do conteúdo de falas, imagens, textos e outros produtos que possam evidenciar as condições de produção. A técnica inclui as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Na pré-análise ocorre a leitura flutuante, bem como a

elaboração de indicadores que possam fundamentar os recortes do texto/imagens em unidades de significado, de forma a permitir a categorização dessas unidades para a análise. Categorizar é agrupar dados comuns – tendo em vista a semelhança ou analogia entre os recortes – originando categorias temáticas. Na interpretação dos resultados, o pesquisador apresenta uma síntese coerente com os elementos bibliográficos que forneceram a base para a pesquisa (BARDIN, 1977).

Para tanto, os dados trabalhados simultaneamente foram notas de campo e material áudio-visual. Os registros escritos foram analisados na íntegra, quando foi realizada a leitura com vistas à identificação de unidades de interesse para o presente estudo. Os vídeos foram transcritos e analisados, e sofreram recortes em trechos selecionados por serem episódios com conteúdo congruente ao sistema prévio de categorização. No presente caso eram episódios nos quais se identificou fatos que estavam conectados às categorias construídas. Assim, chegamos as seguintes categorias: (1) comunicação verbal (fazer e responder perguntas) ; (2) atenção para com pessoas ou com o cão ; (3) expressão de sentimentos (4) iniciativa e motivação

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O primeiro encontro com a criança revelou a característica de rejeição a contatos sociais mencionadas pelo psicólogo da instituição. Durante todo o tempo que a pesquisadora esteve presente e acompanhando as atividades de rotina da instituição, o participante permaneceu distante e refratário a qualquer interlocução. Fato que ocorria com algumas outras crianças espontaneamente.

O relato em nota de campo expõe muito bem esta percepção: “[...] *Anderson não me procurou em nenhum momento*”. Possivelmente o pessimismo em relação aos relacionamentos seja um fator desencadeante deste comportamento.

Isso pode ser visto na transcrição de vídeo da primeira intervenção, no trecho que denominamos de Episódio de Inquietude. É um episódio complexo em que o participante não consegue focar a atenção, não dá ouvidos ao que a pesquisadora fala, demonstrando condutas dispersivas e sem limites, tentando fazer apenas o que tem vontade e ignorando todas as recomendações ou regras. O menino entra e sai da sala a todo o momento e não responde as tentativas da pesquisadora para iniciar atividades. Recusa-se a qualquer interlocução.

Sobre esta condição, Del Prette e Del Prette (2009) expõe que a manifestação de comportamento pró-social implica em ouvir, observar e prestar atenção no outro. Pode-se perceber nos contatos iniciais que a criança participante não expressava estas habilidades.

O relato em nota de campo, sobre a habilidade de atenção para com pessoas demonstra como o participante da pesquisa não se mostrava interessado em interagir com a pesquisadora: “[...] *Tu vais brincar comigo? E ele respondeu: não vou!*” Através deste relato, percebeu-se de acordo com Del Prette e Del Prette (2009) que mostrar interesse e atenção pelo outro faz parte da empatia, o que não ocorria com o participante. O mesmo se justifica, em outra nota de campo: “[...] *Começou a se esquivar e foi para a mesa ao lado, como se estivesse evitando contato comigo*”. Percebo que a criança faz uso de um “jogo” para dificultar a aproximação e o contato com pessoas desconhecidas.

Um fato modificou o planejamento inicial e foi a inserção de um outro menino que reside na instituição. Ele demonstrou interesse espontâneo e obteve autorização do psicólogo para acompanhar as atividades, estando presente na maior parte dos encontros. No entanto, não foi incluído como participante, pois não atendia os critérios propostos na esfera de comportamento pró-social.

Conforme nota de campo que expõe sobre a comunicação verbal da criança, pôde-se constatar que não se fazia presente este recurso: “[...] *As crianças queriam saber meu nome e também se apresentarem, menos Anderson*”. Este fato vai de encontro com o colocado por Goldstein e Michaels (1985), que estabelecem que o empatizar esteja relacionado ao componente da comunicação.

Após estes contatos com a criança participante, pode-se perceber que o fator mencionado acima, que relaciona a empatia com a comunicação verbal já estava se fazendo presente em outro momento, quando é colocado em nota de campo: “[...] *Foi me acompanhando até nossa sala, sorrindo e conversando*”. Acredito que esta aproximação e comunicação aconteceram porque a criança provavelmente já havia percebido que o contato com a pesquisadora não representava ameaça.

Pode-se constatar em nota de campo que a habilidade de iniciativa em oferecer ajuda que Del Prette e Del Prette (2009) estabelecem ocorreu, sendo este ato pertencente a empatia: “[...] *Assim pedia para que ele me ajudasse a abrir as portas e chaveá-las, o que ele gostou bastante*”. Neste momento a criança gostou de ajudar e sentiu-se alegre podendo prestar auxílio.

Como evidenciado no vídeo, a criança conseguiu colocar a habilidade de expressão de sentimentos quando pegou o cão no colo e encostou sua cabeça nele, logo sorrindo. O relato em nota de campo expressa bem isso: “[...] *Percebo cada dia o menino estando mais confiante com a presença de Jade*”. É importante ressaltar que esta aproximação e sentimento

demonstrado não ocorriam anteriormente, pois o menino sentia receio no contato direto com o cão.

A criança já estava gostando da presença da pesquisadora e do cão, evidenciando a habilidade de atenção para com pessoas e com o cão, quando em nota de campo expressa: “[...] *Demonstrou querer que a gente voltasse no outro dia*”.

O mesmo percebe-se no vídeo, quando a criança participante reclamou que estávamos indo embora e concordou quando perguntado se gostaria que o cão voltasse na próxima semana. Esta ocorrência traz também a habilidade de expressão de sentimentos.

Em certa intervenção o menino participante quis ser o cachorrinho, imitando-o como aparece registrado em vídeo e também se percebe que a criança obedece a ordens quando fazendo o papel de cão. Segundo Bridger (1976), a criança e o seu animal constituem um sistema temporário, onde são resgatados valores, regras e moral.

No campo do comportamento, no que se refere a ter a habilidade de iniciativa, a criança participante por iniciativa própria deu beijo no cão e fez carinho no mesmo. Este comportamento aparece no vídeo e vai de encontro com Bonamigo e Kude (1991), que estabelecem que é através da intervenção mediada por animais que ocorre um enriquecimento lúdico das atividades propostas, sendo um momento absolutamente espontâneo.

Em vídeo é notável a interação, envolvimento e também a habilidade de motivação da criança ao dar comida para o cão. Através da nota de campo também: “[...] *É perceptível o envolvimento que o menino adquiriu com o cão, pois já chama pelo nome e interação bastante*”. Para Vidovic (1999), os animais auxiliam no desenvolvimento pró-social e empático das crianças e destaca como sendo primordial para que a criança possa se comunicar e manter relações com as outras pessoas.

Importante ressaltar que houve uma evolução rápida, ocorrido em duas semanas, fato inédito na vida desta criança. Em um espaço breve a criança conseguiu se adaptar, acontecimento que anteriormente, como mencionado pelo psicólogo da instituição, não ocorria, sendo necessário muito tempo para que a criança se adaptasse com alguém desconhecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, foi possível identificar a importância que a terapia mediada por animais pode ter sobre o comportamento pró-social de criança institucionalizada. Através desta pesquisa, pude concluir que essa terapia traz benefícios para crianças que se encontram carentes de afeto e que apresentam dificuldades na esfera das habilidades sociais.

Pessoalmente pude me realizar, desenvolvendo esta atividade, por ser um trabalho inovador e no qual pode-se perceber em curto espaço de tempo, mudanças comportamentais, em especial, nas interações sociais. Pouco a pouco, a criança participante, foi tornando-se mais dócil, alegre, confiante e participou com mais entusiasmo das tarefas propostas. Em poucos dias se acostumou com a minha presença e a do cão, demonstrava estar familiarizada e quando íamos embora deixava transparecer que gostaria que permanecêssemos por mais algum tempo.

Destaco como limitações do estudo, o curto espaço de tempo, pois percebi que quando realmente estava se encaminhando e dando resultados, foi necessário encerrarmos. Também por se tratar de um trabalho novo e desconhecido pelas pessoas da instituição, acabamos não tendo um espaço físico apropriado para a atividade, bem como um espaço no qual o cão pudesse esperar até o momento de entrar na intervenção.

No entanto, como virtude, ressalto a boa aceitação dos profissionais da instituição em proporcionar esta abertura para a realização da pesquisa.

Os dados analisados durante o trabalho permitem concluir que este é um tema de profunda relevância, mas pouco difundido no Brasil e com pouco material de pesquisa disponível na língua portuguesa. Acredito ser fundamental que haja mais pesquisas neste sentido, para que cada vez mais a terapia mediada por animais possa ajudar o maior número de pessoas possíveis. Na psicologia, este é um tema inovador e que merece ser explorado, ter um destaque especial, visto ser uma prática que pode fazer com que muitas pessoas usufruam benefícios a partir dela.

Foi evidente a evolução do menino com a terapia, superando a dificuldade de conseguir com que ele se aproximasse de uma pessoa estranha e também um cachorro, pois tinha insegurança com ambos.

Após o trabalho, percebe-se o envolvimento e o entusiasmo com que realiza as tarefas e também com a minha presença e do cão nas intervenções. Por fim, pude concluir que esse estudo contribuiu para enriquecer o trabalho com crianças institucionalizadas, visto que houve resultados satisfatórios, bem como um progresso acentuado no comportamento e no relacionamento desta criança com as demais pessoas.

Deixo aqui, sugestões futuras de que possam ser realizadas pesquisas com um grupo maior de crianças, visto que a necessidade de atenção e a carência afetiva é bastante acentuada nas instituições de modo geral.

REFERÊNCIAS

- BANKS, M. R.; BANKS, W. A. The effects of group and individual animal-assisted therapy on loneliness in residents of long-term care facilities. **Anthrozoos**, v. 18, n. 4, p.396-408, 2005.
- BARDILL, N.; HUTCHINSON, S. Animal-Assisted therapy with hospitalized adolescents. **Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing**, v. 10, n. 1, p. 17-24, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Actual, 1979.
- BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 60-76.
- BERNSTEIN, P. L.; FRIEDMANN, E.; MALASPINA, A. Animal-assisted therapy enhances resident social interaction and initiation in long-term care facilities. **Anthrozoös**, v. 13, n. 4, p. 213-224, 2000.
- BIERER, R. E. **The relationship between pet bonding, self-esteem, and empathy in preadolescents**. Tese (Doutorado em Filosofia), Family Studies Department, University of New Mexico, Albuquerque, 2000.
- BONAMIGO, E. M. R.; KUDE, V. M. M. **Brincar: brincadeira ou coisa séria?** Porto Alegre: Educação & Realidade, 1991.
- BONAS, S.; MCNICHOLAS, J.; COLLIS, G.M. (2000). Pets in the network of family relationships: An empirical study. In: PODBERSCEK, A.L.; PAUL, E.S.; SERPELL, J. A. (Eds.). **Companion animals and us**: Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- BOWLBY, J. **Perda, Tristeza e Depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BUTLER, R. N. Living alone. In: **The Merck Manual of Geriatrics**. ABRAMS, W. B.; et al. Ed. Whitehouse Station, NJ: Merck Research Laboratories, 1995. p. 1374-1379.
- BLUE, G. F. The value of pets in children's lives. **Childhood Education**, p. 85-90, 1986.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Brasília, D.F., 1990.
- BRIDGER, H. The changing role of pets in society. **Journal of Small Animal Practice**, v.17, p.1-8, 1976.

COLLIS, G.M.; McNICHOLAS, J. A theoretical basis for health benefits of pet ownership: Attachment versus psychological support. In: WILSON, C.C; TURNER, D.C. (Eds.). **Companion Animals in Human Health**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998. p. 105-122.

CONDORÉ, A. El habla y los animales de compañía: La experiencia con niños de parvulario normales y trastornados. In: KATCHER, A. H.; BECK, A. **Los animales de compañía em nuestra vida: nuevas perspectivas**. Barcelona: Fundación Purina, 1993. p. 501-508.

COOPER, J.E. Pets in hospitals. **British Medical Journal**, London, v. 1, p. 698-700, 1976.

COVELL, C. N.; SCAROLA, M. J. Empathic deficits in sexual offenders: an integration of affective, social and cognitive constructs. **Aggression and Violent Behavior**, v. 7, n. 3, p. 251-270, mai./jun. 2002.

DARWIN, C. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Aprendizagem socioemocional na infância e prevenção da violência: Questões conceituais e metodologia da intervenção. In DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. (Orgs.). **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção**. Campinas: Alínea, 2003a.

_____. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DESLANDES, S. F; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes 1994.

DONIGER, W. The mythology of masquerading animals, or, bestiality. In: MACK. A. (Ed.), **Humans and Other Animals**. Columbus, OH: Ohio State University Press; Rycroft. 1995. p. 343-364.

EISENBERG, N.; STRAYER, J. Critical issues in the study of empathy. In **Empathy and its development**, Cambridge: University Press, 1987. p. 3-13.

FALCONE, E. M. O., *et al.* Inventário de Empatia (I.E.): desenvolvimento e validação de uma medida brasileira. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v.7, n.3, p.321-334, dez. 2008.

FARACO, Ceres Berger. **Repercussões Psicossociais de intervenção mediada por animais em grupos de crianças do CAPS i II** (projeto não publicado). 2007.
É uma comunicação pessoal não publicada (projeto não publicado)

FARACO, C. B. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespécie.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil, 2008.

FINE, A. **Handbook on animal-assisted therapy: theoretical foundations and guidelines for practice.** San Diego: Academic Press, 2000.

FREUD, S. **The Interpretation of Dreams**, trans. J. Strachey. New York: Basic Books; 1959.

GERR, J. H., ESTUPINAN, L. A. & MANGUNO-MIRE, G. M. Empathy, social skills and other relevant cognitive processes in rapists and child molesters. **Aggression and Violent Behavior**, v.5, p.99-126, 2000.

GOLDSTEIN, A. P.; MICHAELS, G. Y. **Empathy: development, training, and consequences.** New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1985.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

HART, L. A. Psychosocial Benefits of Animal Companionship. In: FINE, A. **Handbook on animal-assisted therapy: theoretical foundations and guidelines for practice.** San Diego: Academic Press, 2000. p.59-78.

HEIMAN, M. The relationship between man and dog. **Psychoanalytical Quarterly**, v. 25, n. 3-4, p. 568-585, 1956.

IAHAIO - 9ª INTERNATIONAL CONFERENCE ON HUMAN - ANIMAL INTERACTIONS. 9. Rio de Janeiro. **Anais 2001.** Rio de Janeiro, Abstract book, 2001.

ICKES, W. Introduction. In: ICKES, W. (Org.). **Empathic accuracy.** New York: Guilford. 1997.

KATCHER, A. H. *Interactions* between people and their pets: form and function. In: FOGLE, B. (Ed.). **Interrelations between people and pets.** Springfield: Charles Thomas, 1981.
Laville C, Dione J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KIDD, A.H.; KIDD, R. M. Children's attitudes toward their pets. **Psychological Reports**, v. 57, p. 15-31, 1985.

_____. Development factors leading to positive attitudes toward wildlife and conservation. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 47, p.119-125, 1996.

_____. Change in the behavior of pet owners across generations. **Psychological Reports**, v. 80, p. 195-202, 1997.

LEVINSON, B. M. Interpersonal relationships pet and human being. In: FOX, M. W. **Abnormal behavior in animals**. Baltimore. Williams and Wilkins : Editora, 1968. p. 504-522.

_____. Pets and personality development. **Psychological Reports**, v. 42, p.1031-1038, 1978.

LEWIS, N. D. C. Theriomorphic symbolism and mechanisms in ancient literature dreams. **The Psychoanalytic Review**, v. 50, n. 4, p. 535-556, 1964.

LIPPS, A. J. Attachment, post-traumatic stress, and attitudes toward intimate partner violence: a model proposed to explain relationships between populations that abuse intimate partners and that abuse psychoactive substances. **Human Development**, v. 63, n. 2, p.15-58, 2002.

MALLON, G. P. Designing and implementing animal-assisted therapy programs in health and mental health organizations. In: FINE, A. **Handbook on animal-assisted therapy: theoretical foundations and guidelines for practice**. New York: Academic Press, 2000. p. 115-127.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELSON, G. Los animales de compañía y el desarrollo de los niños: implicaciones de la hipótesis de la biofilia. In: FINE, A. H. **Manual de terapia asistida por animales**. Barcelona: Fundación Purina, 2003. p. 429-438.

MESSENT, P. R. La facilitación social del contacto con otras personas mediante los perros. In: KATCHER, A. H. ; BECK, A. **Los animales de compañía em nuestra vida: nuevas perspectivas**. Barcelona: Fundación Purina, 1993. p. 50-59.

McGILTON, K. S. 2002. Enhancing relationships between care providers and residents in long-term care. **Journal of Gerontological Nursing**, v. 13, n. 21, dez. 2002.

McNICHOLAS, J.; COLLIS, G. M. Dogs as catalysts for social interactions: Robustness of the effect. **British Journal of Psychology**, v. 91 p. 61-70, 2000.

POUCHARD, M. A. **Adoptar un hijo hoy**. Barcelona: Planeta, 1997.

ROIG, A. M.; OCHOTORENA, J. P. **Maltrato y abandono en la infancia**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca S. A., 1993.

ROWAN, A.N.; BECK, A.M. The health benefits of Human-Animal Interaction. **Anthrozoös**, v. 7, n. 2, p. 85-89, 1994.

SALOMON, A. Animals and children: the role of the pet. **Canada's Mental Health**, p. 9-13, 1981.

SERPELL, J. A. **In the Company of Animals: A Study of Human-Animal Relationships**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1996.

SHERR, L.; HACKMAN, N. Abandoned babies – abandoned issue. **Counselling Psychology Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 153-159, 2002.

TEMPLER, D. L. *et al.* The construction of a pet attitude scale. **The Psychological Record**, v. 31, p. 343-348, 1981.

TIJHUIS, M. A. R. *et al.* Changes and factors related to loneliness in older men. The Zutphen elderly study. **Age and Aging**, v. 28, p. 491-495, 1999.

TRINDADE, Z. A. **A realidade dos meninos institucionalizados**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, v. 19, p. 1-15, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990

VAN HOUTTE, B.; JARVIS, P. A. The role of pets in preadolescent psychosocial development. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 16, p. 463-479, 1995.

VIDOVIC, V. V. *et al.* Pet ownership, type of pet and socio-emotional development of school children. **Anthrozoos**, v. 12, n. 4, p. 211-217, 1999.

WATANABE, H. The transgenerational transmission of abandonment. **Journal of Comparative Family Studies**, v. 29, n. 1, p. 187-205, 2002.

WEBER, L.N.D; GAGNO, A. P. Onde estão os vínculos das crianças institucionalizadas? In: X Congresso latino-Americano de Psiquiatria da infância e da Adolescência. Curitiba. **Caderno de Resumos**, p. 25, 1995.

WEBER, L.N.D. Da institucionalização à adoção: um caminho possível? Revista Igualdade – Ministério Público, Paraná, v. 9, p. 1-9, 1995.

WEBER, L. N. D; KOSSOBUDZKI, L. H. M. **Filhos da solidão: Institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo Paraná, 1996.

WEBER, L.N.D. **Laços de Ternura**: pesquisas e histórias de adoção. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1999.

WEBER, L. N. D. Os filhos de ninguém. **Conjuntura Social**: Crianças e Jovens, Rio de Janeiro, v. 4, p. 30-36, 2000.

WEBER, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.